

É hora de unir forças para não perder direitos

Nefasta linha neoliberal que esvaziou a Caixa, demitiu empregados e quase quebrou o Brasil, se apresenta agora travestida de “nova política”, tendo como líder o “velho” Aécio do PSDB.

Era FHC esquartejou salários e direitos

Comparações são inevitáveis e demonstram os significativos avanços da era Lula/Dilma

Hoje em dia é difícil imaginar que os empregados da Caixa receberam zero por cento de reajuste salarial por quase uma década. Mas, é verdade. O “nada” de reajuste foi uma triste e sofrida realidade imposta por um perverso e frio governo neoliberal.

Esse lamentável episódio da história se deu na era FHC (Fernando Henrique Cardoso – PSDB), quando o governo, através da direção da empresa, enfiou goela abaixo dos empregados da Caixa aquela política nefasta que, além de não conceder reajuste salarial, demitia em massa e sem justa causa.

Aliás, a RH 008 - resolução que permitiu que gerentes demitissem empregados da Caixa sem justa causa - foi uma das grandes imoralidades e ilegalidades implantadas naquela época. Ela só foi suspensa graças à coesão dos trabalhadores, fervorosa luta das entidades representativas dos trabalhadores e irrestrito apoio político de alguns parlamentares. Mas a suspensão definitiva da RH 008 só foi oficializada na era Lula, quando os trabalhadores da empresa voltaram a ter os seus direitos sociais e trabalhistas restabelecidos.

É difícil lembrar as mais diversas práticas neoliberais que foram implantadas brutalmente na era FHC, sem voltar os olhos para os últimos anos quando tivemos a chamada era Lula/Dilma, que implantou uma forte política social e a volta do respeito aos direitos dos trabalhadores. Tem gente que não gosta, e outras que têm medo das comparações entre as duas eras, mas elas são inevitáveis. Por assim ser, vejamos:

Reajuste salarial dos empregados da Caixa	Era FHC	De 2004 a 2014
	zero	118,16 %
Ganhos reais dos empregados da Caixa	Era FHC	De 2004 a 2014
	zero	21,27 %
Salário mínimo dos trabalhadores brasileiros	Era FHC	Era Dilma
	US\$ 57,00	US\$ 324,00
Cestas básicas compradas com um salário mínimo	Era FHC (2002)	Era Dilma (2014)
	1,4	2,2
Nível de desemprego	Era FHC (2002)	Era Dilma (2014)
	11,7 %	5 %
Colocação no ranking da economia mundial	Era FHC	Era Lula/Dilma
	10º colocação	7º Colocação
Brasileiros que saíram da pobreza	Era FHC	Era Lula/Dilma
	8 milhões	42 milhões
Fundo Monetário Internacional – FMI	Era FHC	Era Lula/Dilma
	Devia 131 bilhões	É credor em 677 bilhões
Construção de residências	Era FHC	Era Lula/Dilma
	1,4 milhão	7 milhões
Capital estrangeiro investido	Era FHC	Era Lula/Dilma
	US\$ 16,6 bilhões	US\$ 64 bilhões

Assinado Acordo Aditivo à Convenção de Trabalho 2014/2015 dos empregados da Caixa

A Caixa Econômica Federal assinou junto com a Contraf/CUT, no dia 13 de outubro, em São Paulo, o Aditivo à Convenção de Trabalho 2014/2015, dos empregados do banco. Com a firma, os funcionários da CEF obtiveram 9% de reajuste salarial em todas as tabelas salariais de cargos efetivos - com ganho real de 2,49%, entre outros itens. No mesmo dia, na capital paulista, foi assinada também, entre a Fenaban e os representantes das instituições financeiras, a convenção dos bancários.

O Aditivo da Caixa contempla ainda manutenção da PLR social, a contratação de mais de dois mil empregados até dezembro de 2015, a ampliação do vale-cultura para quem tem salário igual ou inferior a oito salários mínimos, reajuste em todo o Plano de Cargos e Salários (PCS) e o pagamento de 100% das horas extras realizadas nas agências com até 20 empregados, inclusive os tesoureiros.

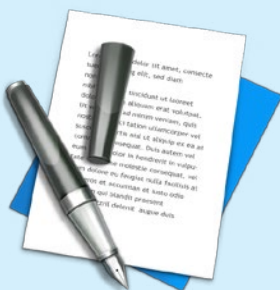
Essas fortes mobilizações dos empregados da Caixa nas campanhas salariais nesses últimos anos vêm mostrando resultados positivos para os trabalhadores que, em onze anos, conquistaram um reajuste salarial acumulado de 118,16%, resultando em um aumento real de 21,27% acima da inflação (INPC/IBGE). No entanto, os ganhos

não foram somente no âmbito financeiro, mas também no social.

Para o Presidente da APCEF/RJ, Paulo Matileti, a vitória dessa campanha dá-se unicamente pela coesão e união dos empregados da Caixa e, obter uma proposta que soma a pauta específica com a mesa única da Fenaban é uma grande valorização para os bancários da CEF. “Conquistamos importantes avanços nessa campanha, que foram além das questões econômicas, como o combate ao assédio moral e metas abusivas, melhores condições de trabalho, saúde do empregado e entre outras. Mas, esses resultados positivos se deram principalmente pela luta e união dos empregados da Caixa. Por isso, mais uma vez, parabéns a todos os bancários da CEF por mais essa forte campanha”,

congratula Matileti.

Nas negociações com a Fenaban, os funcionários de outras agências obtiveram 8,5% de reajuste sobre salários e verbas em relação à inflação calculada pelo INPC de 1º de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014, além de uma PLR adicional de 2,2% do lucro líquido distribuídos linearmente, com teto de R\$ 3.675,98.



ITENS DO ADITIVO DA CAIXA:

- **Reajuste salarial para cargo efetivo:** a Caixa aplicará os 9% (2,49% de aumento real), definidos na mesa da Fenaban para reajuste do piso da categoria, em todos os níveis das tabelas salariais de cargo efetivo.

- **PLR Fenaban:** regra básica mais a parcela adicional.

- **PLR Social:** 4% do lucro líquido distribuído igualmente para todos os empregados e garantia de no mínimo uma remuneração-base.

- **Antecipação da PLR:** 60% do valor devido a cada empregado, a ser paga até 10 dias após assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.

- **Contratação de novos empregados:** dois mil novos trabalhadores serão contratados até dezembro de 2015.

- **Referência de ingresso:** os empregados serão contratados na referência 201 da Estrutura Salarial Unificada (ESU) e nas referências 2401, 2601 e 2801 da Nova Estrutura Salarial (NES).

- **Saúde Caixa/Dependente indireto:** manutenção no Saúde Caixa da condição de dependente indireto a filhos com idade entre 21 e 27 anos incompletos que não possuam qualquer renda superior a R\$ 1.800,00. (Será excluída a renda proveniente de pensão alimentícia).

- **Saúde Caixa/Dependente direto:** manutenção, na condição de dependente direto, dos filhos portadores de deficiência permanente e incapazes, com idade superior a 27 anos, enquanto solteiros e sem renda proveniente de salário.

- **Vale-cultura:** a partir de 1º de janeiro - a Caixa estenderá a distribuição do vale-cultura também aos empregados que o requeriram e que tenham remuneração base igual ou inferior a 8 salários mínimos, conforme os termos estabelecidos pela Lei 12.761/2012 e seu regulamento.

- **Horas extras:** manutenção da cláusula referente à prorrogação da jornada de trabalho, assegurando-se o pagamento, com adicional de 50% sobre o valor da hora normal, ou a compensação das horas extraordinárias realizadas na proporção de 1 hora realizada para 1 hora compensada e igual fração de minutos. E a partir de janeiro de 2015, pagamento de 100% das horas extras realizadas em agências com até 20 empregados.

- **Horas extras/Tesoureiro:** a partir de janeiro de 2015, a Caixa passará a pagar 100% das horas extras realizadas pelos tesoueiros lotados em agência com até 20 empregados.

- **Incentivo à elevação da escolaridade:** serão oferecidas bolsas de incentivo à elevação da escolaridade, sendo até 300 para graduação, até 500 para pós-graduação e até 800 para idiomas.

- **Isonomia de anuidade de cartão de crédito:** renovação da cláusula que garante a isenção de anuidade dos cartões de crédito CAIXA Mastercard e Visa a seus empregados.

- **Juros do cheque especial:** manutenção do enquadramento dos empregados, no programa de relacionamento para redução dos juros do cheque especial.

- **Tarifas em conta corrente:** será oferecida isenção de tarifas de conta corrente referente a renovação de cheque especial; confecção de cadastro para início de relacionamento; fornecimento de 2ª via de cartão com função de débito; fornecimento de folhas de cheque; saque (pessoal, terminal de autoatendimento e correspondente); DOC (pessoal, eletrônico e Internet); extrato mês e movimento (pessoal, eletrônico e correspondente); TEV (pessoal, eletrônico e Internet); emissão de certificado digital, e de Adep,

para empregados, exclusivamente, na conta corrente onde o salário ou provento é creditado.

- **Ausências permitidas:** para efeito de ausência permitida para levar filho ou dependente menor ao médico, será elevada a idade para até 18 anos, incluído enteado.

- **Licença-maternidade:** Será garantida ao empregado a continuidade da licença-maternidade, até o término do período previsto inicialmente, em caso de falecimento da mãe e sobrevida do filho.

- **Licença-adoção:** a Caixa faculta a qualquer dos adotantes o gozo da licença-adoção, incluindo ainda os 60 dias concedidos pelo programa “Empresa Cidadã”. O outro adotante poderá gozar o período equivalente à licença-paternidade.

- **Delta merecimento:** a Caixa concederá uma referência (delta) a título de promoção por mérito, a partir de janeiro de 2015, aos empregados com no mínimo 180 dias de efetivo exercício em 2014 e sem ocorrências restritivas.

- **Estabilidade provisória de emprego:** renovação da cláusula referente às estabilidade provisórias de emprego.

- **Suplementação do auxílio-doença:** a Caixa manterá a sistemática de suplementação do auxílio-doença pago pelo INSS.

- **Adicional de insalubridade e de periculosidade:** a Caixa continuará a pagar o adicional de insalubridade ou de periculosidade, sempre que na prestação de serviços se verificar o seu enquadramento nas atividades ou operações insalubres ou perigosas.

- **Licença para tratamento de saúde e titularidade da função gratificada ou cargo em comissão em licença para tratamento de saúde:** a Caixa renova a cláusula onde considera como de

efetivo exercício os primeiros 15 dias de licença para tratamento de saúde do empregado. A Caixa garantirá ao empregado a titularidade da função gratificada ou cargo em comissão, pelo período da licença para tratamento de saúde (LTS) ou licença por acidente de trabalho (LAT) até o limite de 180 dias.

- **Comissões de conciliação (CCV/CCP):** a Caixa se compromete a renovar a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta a CCV/CCP por ocasião do seu vencimento.

- **Agências-barco:** ampliação para até três dias do descanso remunerado para os empregados que cumpriram um ciclo de trabalho em agências-barco.

- **Valorização da TI:** a Caixa se compromete a apresentar, no primeiro semestre de 2015, na mesa de negociação permanente, proposta para política de retenção de talentos.

- **Jornada em escala de revezamento:** a Caixa assegurará regime de escala de revezamento aos empregados lotados nas unidades que, por força de processo de automação bancária ou em razão de características das atividades, haja necessidade de funcionarem ininterruptamente e/ou habitualmente.

- **GT Saúde:** o GT Saúde definirá até 15 de dezembro de 2014, com apoio de consultoria especializada, proposta de metodologia para utilização do superávit em benefício do plano.

- **Fórum Condições de Trabalho:** a Caixa constituirá uma rotina com objeto de analisar situações que envolvam condições de trabalho encaminhadas pelos sindicatos ou pelos próprios empregados. Para isso, realizará piloto a partir de novembro nas cidades de Campinas, Fortaleza, São Paulo, Brasília e Curitiba.

APCEF/RJ declara todo o seu apoio ao editorial da Fenae

Fortalecimento dos bancos públicos foi retomado por Lula, continuou com Dilma e não pode parar



Visando o bem dos empregados da Caixa Econômica Federal (CEF), assim como apoiando a escalada rumo ao progresso e crescimento do Brasil, a APCEF/RJ declara todo o seu apoio ao editorial da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae). O artigo repudia a proposta de redução do papel dos bancos públicos, defendida por Arminio Fraga, ministro da fazenda de Aécio Neves (PSDB).

O editorial destaca o processo de desmonte dos bancos públicos, que teve início com o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A regra era enfraquecer para privatizar, ou seja, dentre os objetivos da era FHC estava o de desmontar e privatizar a CEF ao enfraquecer sua estrutura e, com demissões, esvaziar seu quadro de empregados.

“Quando FHC e o PSDB assumiram a presidência, em 1995, eram 76 mil empregados na Caixa, total que caiu para 53 mil, sete anos depois. Ainda no período, um estudo encomendado pelo governo apontou a ineficiência dos bancos públicos, propondo fusões e privatizações”, destaca um trecho do texto da Fenae.

Apenas a partir de 2003, com o início do governo petista, é que a Caixa conseguiu se reerguer diante de tantos escabrosos desmontes. Com isso, não apenas a economia deu um salto, mas também as condições de trabalho e salários dos bancários da CEF, que desde então, acumularam conquistas e vitórias no campo econômico e social.

O número de empregados chegou, em setembro de 2014, aos 100 mil. E já são mais de quatro mil unidades da instituição financeira espalhadas pelo país afora. Com os governos Lula/Dilma, a Caixa é hoje o maior banco 100% público do Brasil.

Desta forma, a APCEF/RJ juntamente à Fenae e às entidades representativas dos trabalhadores e defensores da Caixa, enxerga claramente que o fortalecimento dos bancos públicos só foi possível com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O editorial termina afirmando que os necessários avanços só virão com a continuidade de um projeto de país que compreenda a importância de bancos públicos fortes e protagonistas na execução de políticas públicas e sociais.



Palavra do Presidente

Política neoliberal nunca mais!

Em áudio divulgado pelo blog “O Cafezinho”, o ex-presidente do Banco Central e homem dos olhos de Aécio Neves para cargo de ministro da fazenda, em possível governo tucano, Armínio Fraga expressa sua posição de apoio à redução do papel dos bancos públicos na economia brasileira e expõe não saber bem o que vai sobrar das instituições no final da linha, “talvez não muito”, diz no áudio.

O já nomeado ministro da fazenda em um eventual governo de Aécio, afirma que esse modelo brasileiro, formado pelos três bancos públicos, BNDS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, não favorece o crescimento do país. Nessa perspectiva, podemos afirmar que as instituições públicas, nas mãos do PSDB, se tornarão irrelevantes e serão levadas ao caminho da privatização.

Observamos as peripécias deixadas por Armínio durante sua gestão: adepto de políticas de cunho neoliberal, entregou resultados econômicos muito ruins ao fim de sua gestão no Bacen (Banco Central do Brasil). Em 2002, fez com que a taxa de juros subisse tanto que bateu os inacreditáveis 25%. Além disso, a era FHC promoveu um dos maiores rombos da história recente do sistema financeiro mundial, bem como achatou os salários dos trabalhadores dos bancos públicos com o desrespeitoso 0% de reajuste salarial aos empregados da Caixa.

O *Bon Vivant*, que Fraga tenta demonstrar, não passa de uma falácia e mais pura demonstração de retrocesso às conquistas dos trabalhadores, bem como, mente no áudio sobre a impunidade e falta de importância dos bancos públicos na soberania econômica

e política nacional. Armínio não está preocupado com a herança adquirida na era Dilma, mas em extinguir, de uma vez, a atuação dos bancos públicos no país.

A APCEF/RJ repudia as declarações do ex-presidente do Banco Central, por entender que o governo FHC, somente prejudicou e aniquilou os direitos dos trabalhadores. Não podemos retroceder e perder tudo o que foi conquistado até o momento. É preciso uma transparente análise sobre a política praticada nos últimos anos pelo governo Lula/Dilma, comparando-a a trágica gestão neoliberal realizada na era FHC, pois somente assim, será possível votar com consciência na eleição de 26 de outubro, que escolherá quem governará o Brasil nos próximos quatro anos.

Paulo César Matileti
Diretor Presidente

Aumento real é resultado de união e luta

Campanhas Salariais	Reajuste Salarial	Aumento Real
Campanha Salarial Caixa	9,00 %	2,49 %
Campanha Salarial Comerciantes	8,00 %	1,55 %
Campanha Salarial Correios	6,50 %	0,14 %

Em comparação com a maioria das categorias de trabalhadores em campanha salarial neste ano, a dos bancários foi a que conseguiu conquistar um dos melhores aumentos reais. Entre as propostas específicas aprovadas pelos empregados da Caixa Econômica Federal (CEF) está o reajuste salarial de 9%, o que originou um aumento real de 2,49%.

Além disso, os bancários da Caixa angariaram reajuste de 12,2% no vale refeição, pagamento de 100% de horas extras realizadas nas agências com até

20 empregados, inclusive os tesoureiros, PLR social de 4% do lucro, entre outros. Ademais, conquistas sociais como vale-cultura, incentivo à escolaridade com a oferta de bolsas para graduação, pós e cursos de idiomas também fazem parte das reivindicações atendidas.

Ao comparar a campanha salarial 2014 dos bancários da CEF com a dos correios ou a dos comerciantes, por exemplo, nota-se que a categoria bancária foi a que se saiu melhor. Isso porque, os empregados da Caixa conseguiram

aumento real de 2,49%, valor bem maior do que os 1,55% dos comerciantes e 0,14% dos trabalhadores dos correios.

Para a APCEF/RJ, isso mostra a força e a coesão de uma categoria sempre unida em busca de suas reivindicações. “O aumento real da Caixa foi bem maior do que a média das demais categorias e esse resultado positivo foi graças à luta dos bancários que estão, mais uma vez, de parabéns pela excelente campanha”, afirma o Presidente da Associação, Paulo Matileti.

Conquistas econômicas aplicarão mais de 9 bilhões na economia do país

Segundo um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese), as conquistas econômicas da campanha salarial 2014 dos bancários injetarão cerca de R\$ 9,030 bilhões na economia brasileira, no próximo ano.

Isso porque, apenas os reajustes nos salários representam um acréscimo anual em torno de R\$ 3,312 bilhões. Além disso, o

reajuste de 12,2% e 8,5% nos vales refeição e alimentação, respectivamente, garantirão mais R\$ 606,015 milhões nos próximos 12 meses.

Esses significativos ganhos para a categoria bancária de todo o Brasil colaboraram para aquecer a economia e fazer o país crescer, ao fomentar o desenvolvimento econômico com distribuição de renda. As conquistas obtidas nas negociações anuais

dos bancários injetam uma elevada soma de recursos no comércio, na indústria e nos serviços, como na cultura e lazer.

Levando em consideração esse estudo do Dieese, revela-se que as vitórias angariadas pelos bancários, ano após ano, não beneficiam somente a categoria, mas também têm um relevante impacto positivo sobre a economia brasileira e em seus diversos setores.

Expediente

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Paulo César Matileti

Vice-Presidente

Manoel Lopes de Carvalho

Diretor Financeiro

Francisco Cleverton Xavier

Diretor de Assuntos Jurídicos

João Carlos Teixeira

Diretor Administrativo e de Patrimônio

Carlos Lima de Barros

Diretor Sociocultural

Franklin Trindade de Brito

Diretor de Esporte e Lazer

Sebastião Rufino Dos Santos

Diretor de Comunicação e Marketing

Sergio Wilson Lima

Diretora Relações de Trabalho, Sindicato e Corporativos

Maria Izabel Menegatti

Diretor dos Aposentados e Previdência

Afonso Henrique Costa

Diretora de Assuntos Interiores

Ângela Ireno Assumpção

Diretor Executivo

Lázaro Antônio de Santana

Diretor Executivo

Heitor Menegale

Diretor Executivo

Adir Machado da Silva

Diretora Executiva

Georgette Muniz

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Ricardo Correa de Araujo

Carlos Alberto Oliveira

Evaldo Cesar Soares

Suplentes

Paulo Cesar Trevenzoli

Antônio Carlos Duque

Maria Mercedes Fonseca

CONSELHO DELIBERATIVO

Antenor Silva Carvalhaes

Arrizon Olinto de Souza Filho

Carlos Silva

Christian Hahn Jorgg

Clodoaldo Vargas

Flávio Randis da Silva Ribeiro

Jorge Lima de Melo

Octacílio Pereira Ramalho

Rita de Cássia de Souza

Severino Francisco Caldas

Vicente de Paula Soares de Amorim

Sede Administrativa

Av. Treze de Maio, 23 - slj - Centro-

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-000

Telefones: 2240-1613 / 2532-4275

Fax: 2240-3475. www.apcefjrj.org.br

E-mail: apcefjrj@apcefjrj.org.br

Sede Campesre Jacarepaguá

Est. do Quitite, 362 - Freguesia

Tel.: 2447-3141

Pousada Praiana de Cabo Frio

Avenida do Jardim, 2 - Praia do Foguete

Cabo Frio

Tel.: 2647-2210

APCEF RIO JORNAL

Jornalista responsável: Edilson Monteiro

(Reg. Prof nº0365103/RJ)

Fotografias/Edição/Revisão e Diagramação:

Convictiva Comunicação

Tel.: (21) 3549-3633

Site: www.convictiva.com.br

facebook.com/convictiva

**GANHO
REAL
21,27%**

Empregados da Caixa

ÚLTIMOS 11 ANOS

118,16% de reajuste salarial e aumento real de 21,27%

A forte mobilização dos bancários da Caixa nas campanhas salariais nos últimos anos trouxe inúmeros resultados positivos. Em onze anos, esses trabalhadores conquistaram um reajuste salarial acumulado de 118,16%, resultando em um aumento real de 21,27% acima da inflação (INPC/IBGE).

As conquistas desses percentuais são oriundas da coesão dos empregados da Caixa, que nesses últimos anos estiveram firmes e empenhados na luta pelas suas reivindicações em todas as campanhas unificadas dos bancários. Durante todo esse tempo, não foram poucas as rodadas de negociações com a Fenaban, assembleias, reuniões com a direção da Caixa e greves na busca pela garantia de direitos e por novas vitórias.

Agora, em 2014, a história não foi muito diferente. Após a Caixa se negar a ouvir as reivindicações da pauta específica - tão necessárias aos empregados - os bancários da CEF, seguindo orientação do Comando Nacional, se reuniram em assembleia e cruzaram os braços, mais uma vez, diante da insolente atitude da Caixa Econô-

Campanhas Salariais	Reajuste Salarial	INPC-IBGE	Aumento Real
Campanha Salarial 2004	8,50 %	6,64 %	1,74 %
Campanha Salarial 2005	6,00 %	5,01 %	0,94 %
Campanha Salarial 2006	3,50 %	2,85 %	0,63 %
Campanha Salarial 2007	6,00 %	4,82 %	1,13 %
Campanha Salarial 2008	10,00 %	7,15 %	2,66 %
Campanha Salarial 2009	6,00 %	4,44 %	1,49 %
Campanha Salarial 2010	7,50 %	4,29 %	3,08 %
Campanha Salarial 2011	9,00 %	7,39 %	1,49 %
Campanha Salarial 2012	7,50 %	5,39 %	2,00 %
Campanha Salarial 2013	8,00 %	6,07 %	1,82 %
Campanha Salarial 2014	9,00 %	6,35 %	2,49 %
ACUMULADO	118,16 %	79,89 %	21,27 %

mica. E, após oito rodadas de negociação, os empregados deflagraram greve, por tempo indeterminado.

O resultado da paralisação se deu com a conquista do reajuste salarial de 9%, com 2,49% de ganho real, em todos os níveis das tabelas salariais de cargo efetivo, além de reajuste de 12,2% no vale refeição, pagamento de 100% de horas extras nas agências com até 20 emprega-

dos, inclusive tesoureiros, PLR Social de 4% de lucro, dentre outros.

Mais uma vez, a união mostrou que faz a força e que toda batalha vale a pena. Em apenas uma semana de greve – iniciada em 30 de setembro – os empregados da Caixa arrancaram conquistas tanto econômicas, quanto sociais e comprovaram que uma categoria mobilizada é uma categoria forte. A luta não pode parar nunca!

Era FHC deixou bancários sem reajuste salarial por oito anos

Entre os anos de 1994 a 2002, os bancários da Caixa Econômica Federal (CEF) passaram por grandes apertos, principalmente financeiros. Isso porque, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), os empregados não obtiveram nenhum reajuste salarial. Foram tempos muito difíceis e anos de ataques aos direitos dos trabalhadores.

Os reflexos da era FHC foram o desemprego em massa, arrocho salarial, tentativa de esvaziamento da Caixa, privatizações, além do reajuste salarial de zero por cento aos empregados da CEF. Outro fator enfrentado pela categoria no período do governo do PSDB foi a criminalização e enfraquecimento dos movimentos sindicais e associativos. Foi nesta época que os bancos passaram a utilizar os interditos proibitórios para tentar inviabilizar o movimento grevista e a participação das entidades representativas dos trabalhadores.

Com tanto desemprego e péssimas condições de vida, os bancários, assim como toda a população brasileira, deram a resposta nas

urnas elegendo, pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores (PT), em outubro de 2002. A partir de então, a categoria bancária começou a conquistar anualmente aumento real de salário. Agora em 2014, os bancários completam onze anos com reajuste acima da inflação (118,16%), uma conquista histórica de 21,27% de ganho real.

Além disso, a estabilidade dos governos do PT reduziu o desemprego e permitiu aos sindicatos lutarem pela redução da jornada de trabalho e novas vitórias aos trabalhadores. É visível o grande conjunto de ganhos e conquistas, tanto econômicas quanto sociais, que floresceram nos últimos doze anos.

Atualmente, o Brasil caminha com próprias pernas e enxerga um futuro esperançoso, muito diferente daquele pintado nos dias nebulosos da era FHC. As transformações sociais pelas quais o país passou e ainda está atravessando são inúmeras e benéficas para a evolução da sociedade e da democracia.

O povo e os bancários não querem retrocesso, mas sim, a manutenção dos atuais direitos, bem como maiores conquistas e avanços. O retorno de um governo, cujas políticas com as mesmas linhas e propósitos, praticados anteriormente na era FHC, representaria um declínio altamente prejudicial aos trabalhadores.

Desta forma, a APCEF/RJ, assim como as demais entidades representativas dos trabalhadores, entende que a melhor escolha, a fim de evitar retrocessos para o país e para os trabalhadores, é a permanência de Dilma Rousseff como presidente do Brasil. A Diretoria da APCEF/RJ não quer ver a Caixa e seus empregados sofrerem nas mãos de um governo como o do PSDB, que na era FHC, tinha entre seus objetivos desmontar e privatizar a Caixa Econômica Federal, enfraquecendo a sua estrutura e, com demissões, esvaziando o seu quadro de empregados. A consciência de cada um dos trabalhadores na escolha do novo presidente do Brasil é único e infalível estudo que impedirá uma nova tragédia.